

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Vanessa Franco Fontoura

**Manual de Letramento Racial: uma proposta para os Discentes da Escola
de Engenharia da UFRGS**

BambuÍ - MG

2026

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

VANESSA FRANCO FONTOURA

**MANUAL DE LETRAMENTO RACIAL: UMA PROPOSTA PARA OS
DISCENTES DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão da Especialização em Educação para Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Bambuí.

Orientador: Me. Rafael Âmbar.

Bambuí - MG

2026

Catálogo na Fonte Biblioteca IFMG - Campus Bambuí

F684m Fontoura, Vanessa Franco.
Manual de Letramento Racial: uma proposta para os Discentes da
Escola de Engenharia da UFRGS. / Vanessa Franco Fontoura. – 2026.
32 f.
Orientador: Me. Rafael Âmbar.
Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí,
MG, Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações
Étnico-Raciais, 2026.

1. Letramento racial. 2. Relações étnico-raciais. 3. Escola de
Engenharia da UFRGS. I. Âmbar, Rafael. II. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí,
MG. III. Título.

CDD 341.026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí

Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para Relações Étnico-Raciais
Fazenda Varginha, Rodovia Bambuí / Medeiros KM-05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
37 3431-4900 - www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DO TCC

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Aos treze dias do mês de abril do ano de 2026, às 19 horas e 30 minutos, reuniram-se remotamente (videoconferência), a Banca Examinadora de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso, para julgar, em exame final, o trabalho apresentado pela discente **Vanessa Franco Fontoura**, intitulado "**Manual de Letramento Racial: uma proposta para os Discentes da Escola de Engenharia da UFRGS**", requisito final para a conclusão da Especialização em Educação para Relações Étnico-raciais, tendo como orientador o Prof. Me Rafael Vieira Âmbar. O início dos trabalhos se deu com a apresentação da Banca Examinadora que foi composta pelos seguintes membros: a Profª Ma. Samira dos Santos Ramos; o Profº Dr Johnisson Xavier Silva e pelo Orientador, Profº Me Rafael Vieira Âmbar. A seguir, o orientador e presidente da Banca de Defesa, após dar conhecimento aos presentes sobre o teor do capítulo VI do Regulamento do Curso, passou a palavra à cursista para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da cursista. Logo após, a Banca se reuniu, sem a presença da cursista e do público, para julgamento da defesa, tendo sido atribuídas as seguintes indicações:

- Profª. Ma. Samira dos Santos Ramos (IFRN - Campus Lajes)- **satisfatório.**
- Prof. Drº (IFNMG - Campus Pirapora/Reitoria -Johnisson Xavier Silva) - **satisfatório..**

Média de avaliações dos baremas: 90 - satisfatório.

O resultado final foi comunicado à cursista pelo presidente da Banca, após esta ter sido chamada pelo aplicativo de celular e retornado à sala virtual. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião. A ata será assinada via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por todos os membros participantes da Banca Examinadora e pela mencionada cursista.

Bambuí, 12 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Lopes Lelis de Moraes**, **Coordenador(a) de Curso**, em 17/06/2026, às 14:58, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Vieira Ambar, Usuário Externo**, em 17/06/2026, às 15:02, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2685637** e o código CRC **CA5159C8**.

23209.001388/2026-72	2685637v1
----------------------	-----------

RESUMO

O racismo no Brasil é um fenômeno estrutural que molda as relações políticas, econômicas e sociais, perpetuando desigualdades históricas que atingem comunidades negras e indígenas. No ambiente acadêmico, embora as políticas de ações afirmativas tenham ampliado o acesso desses grupos ao ensino superior nas últimas décadas, a permanência estudantil ainda é desafiada por práticas discriminatórias e pela prevalência da branquitude normativa. Apesar do amparo legal estabelecido pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, sua implementação efetiva ainda enfrenta barreiras no Ensino Superior, especialmente em cursos como as Engenharias. Nesse contexto, observa-se uma lacuna formativa: estudantes ingressam na graduação sem o devido letramento racial, conceito definido como um processo educativo crítico para a reeducação sobre questões raciais. Diante dessa problemática, o presente trabalho propõe a criação de um Manual de Letramento Racial destinado aos discentes da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo é oferecer um instrumento pedagógico que desmistifique a suposta neutralidade da técnica e prepare os futuros profissionais para atuarem em ambientes plurais e equitativos. A proposta fundamenta-se nos princípios da educação antirracista e alinha-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Engenharia, que preconizam uma formação orientada pela responsabilidade social. Através da disseminação de conceitos como racismo institucional, branquitude e racismo recreativo, busca-se fomentar a reflexão crítica e o respeito à diversidade, contribuindo para uma ciência mais representativa e uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Letramento Racial. Relações Étnico-Raciais. Escola de Engenharia da UFRGS.

ABSTRACT

Racism in Brazil is a structural phenomenon that shapes political, economic, and social relations, perpetuating historical inequalities that affect Black and Indigenous communities. In the academic environment, while affirmative action policies have expanded access to higher education for these groups in recent decades, student retention is still challenged by discriminatory practices and the prevalence of 'normative whiteness.' Despite the legal support established by Laws No. 10.639/2003 and No. 11.645/2008, which mandate the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, their effective implementation still faces barriers in Higher Education, especially in fields such as Engineering. In this context, a formative gap is observed: students enter undergraduate programs without proper racial literacy, a concept defined as a critical educational process for re-education on racial issues. Given this problem, this study proposes the creation of a Racial Literacy Manual for students at the School of Engineering of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The objective is to provide a pedagogical tool that demystifies the supposed neutrality of technology and prepares future professionals to work in plural and equitable environments. The proposal is based on the principles of anti-racist education and aligns with the National Curricular Guidelines for Engineering, which advocate for education guided by social responsibility. By disseminating concepts such as institutional racism, whiteness, and recreational racism, the project seeks to foster critical reflection and respect for diversity, contributing to a more representative science and a more just society.

Keywords: Racial Literacy. Ethnic-Racial Relations. UFRGS School of Engineering.

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO.....	7
1. Introdução.....	7
2. Objetivos gerais e específicos.....	10
2.1 Objetivo geral:.....	10
2.2 Objetivos específicos:.....	10
3. Justificativa.....	10
DESENVOLVIMENTO PRÁTICO.....	12
1. Requisitos e Parâmetros.....	12
2. Contextualização do tema/espço/período a qual o produto irá ser aplicado.....	12
3. Apresentação da metodologia de ensino ou da proposta pedagógica a que se vincula o produto:.....	13
4. Apresentação do material didático autoral, com conceito e objetivo pedagógico:.....	14
4.1 Manual De Letramento Racial - Escola de Engenharia da UFRGS.....	14
4.2 Objetivos da Pesquisa.....	18
5. Monitoramento, Avaliação e Registro.....	26
5.1 Instrumentos de Avaliação e Aplicação.....	27
5.2 Registro da Execução.....	27
5.3 Uso dos Resultados e compartilhamento.....	28
6. Considerações Finais.....	28
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXO A - CAPA DO MANUAL DE LETRAMENTO RACIAL PARA OS DISCENTES DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS.....	33

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

1. Introdução

O racismo configura-se como uma questão crucial para o debate na comunidade acadêmica contemporânea. Embora a entrada de estudantes negros nas universidades tenha crescido nas últimas duas décadas, impulsionada por políticas de ações afirmativas, práticas racistas perpetuadas pela população branca continuam a afetar, cotidianamente, corpos negros e indígenas no ambiente universitário. Conforme assevera Almeida (2019), o racismo é intrinsecamente estrutural, constituindo um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Dessa forma, ele produz desigualdades e violências que moldam a vida social e marginalizam grupos historicamente excluídos.

Nesse cenário, o Estado brasileiro buscou mecanismos legais para enfrentar essa realidade no campo educacional. Em 2003, a Lei 10.639 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares (Brasil, 2003). Posteriormente, em 2008, a legislação avançou com a Lei 11.645, que incluiu a obrigatoriedade do estudo das lutas e contribuições dos povos indígenas. Ambas as normativas visam valorizar a diversidade e reparar danos históricos; todavia, passados mais de vinte anos, sua implementação plena enfrenta desafios persistentes, como a formação docente inadequada, a resistência social e a carência de recursos pedagógicos (Almeida; Sanchez, 2017).

A despeito desses avanços legislativos, a estrutura curricular da educação básica e superior no Brasil ainda reflete uma herança elitista e excludente. Segundo Teixeira e Marques (2021), o currículo formal muitas vezes contribui para a negação das histórias africanas e indígenas, o que resulta em estudantes que ingressam no ensino superior sem o devido letramento racial. Essa lacuna é particularmente visível em cursos historicamente menos diversos, como as Engenharias. No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), observa-se a

necessidade premente de instrumentos que auxiliem na integração desses discentes e no combate ao preconceito.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo propor como produto educacional a elaboração de um manual de letramento racial destinado aos alunos ingressantes dos cursos de Engenharia da UFRGS. Justifica-se a escolha desse público pelo volume expressivo de novos estudantes — aproximadamente quatrocentos por semestre, segundo dados da Comissão Permanente de Seleção da UFRGS (COPERSE, 2024) — e pela urgência de disseminar o conhecimento antirracista em áreas tecnológicas. A metodologia adotada consistiu em um levantamento bibliográfico em fontes eletrônicas e convencionais, além da análise de dados institucionais da universidade. Espera-se que este estudo forneça subsídios para uma formação discente mais ética e consciente dentro da Escola de Engenharia.

Segundo Almeida (2019), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que se manifesta por meio de práticas geradoras de privilégios ou desvantagens, inclusive no âmbito institucional. Sob essa ótica, as instituições — entendidas como estruturas que orientam e coordenam o comportamento social — acabam por espelhar conflitos raciais e incorporar interesses políticos e econômicos que perpetuam tais desigualdades na sociedade.

Nesse sentido, para mitigar essas estruturas preconceituosas, Munanga (2005) defende que o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra é essencial. Para o autor, a disseminação desse conhecimento não interessa apenas aos alunos afrodescendentes, mas é crucial para que toda a sociedade, especialmente a população branca, possa formar cidadãos conscientes da vasta diversidade étnico-racial brasileira.

Como resposta prática a essa necessidade de reparação, o ordenamento jurídico brasileiro estabeleceu a Lei Federal nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), que obriga instituições federais de ensino a reservar, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas. Vale ressaltar que, recentemente, essa legislação foi aprimorada pela Lei 14.723/2023, que trouxe atualizações para tornar o sistema ainda mais inclusivo e eficiente

(BRASIL, 2012; 2023).

No contexto regional, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) demonstrou pioneirismo ao instituir seu programa de ações afirmativas em 2007, por meio da Decisão n.º 134/2007 do CONSUN. Essa iniciativa, que atendeu a demandas históricas do movimento negro, antecipou-se à própria legislação federal de 2012 (ASSUFRGS, 2022; Souza, 2017). Embora inicialmente o modelo ficasse em cotas sociais com sub cotas raciais, a Decisão 268/2012 renovou e consolidou o programa após avaliar seus impactos positivos. Contrariando previsões pessimistas, a UFRGS (2023) não apenas manteve sua excelência acadêmica, como também subiu nos rankings de qualidade das universidades públicas.

Além disso, a política de ingresso especial para estudantes indígenas tem promovido uma integração vital e o intercâmbio de saberes dentro da academia. Consequentemente, o sucesso na graduação impulsionou a expansão das cotas para a pós-graduação, fortalecendo o desenvolvimento intelectual de pesquisadores negros e indígenas. Em suma, embora as ações afirmativas tenham transformado a representatividade na UFRGS e corrigindo distorções históricas, o racismo estrutural e as discriminações de classe e gênero ainda persistem.

Esta pesquisa apresenta um produto educacional, o “Manual de Letramento Racial: uma proposta para os discentes da Escola de Engenharia da UFRGS”. A proposta visa que a Direção da Escola de Engenharia envie o documento por e-mail aos novos discentes no início de cada semestre, integrando-o às ações de acolhimento e ambientação dos alunos no contexto acadêmico.

2. Objetivos gerais e específicos

2.1 Objetivo geral:

Propor um Manual de Letramento Racial para os discentes da Escola de Engenharia da UFRGS.

2.2 Objetivos específicos:

- a) Localizar ações de Letramento Racial de instituições públicas de ensino superior nos últimos cinco (05) anos;
- b) Analisar as ações de Letramento Racial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e
- c) Planejar o conteúdo para um instrumento pedagógico de Letramento Racial para a Escola de Engenharia da UFRGS.

3. Justificativa

A configuração demográfica brasileira, segundo dados do Censo 2022 realizados pelo IBGE, revela que a população negra (pretos e pardos) soma 56,1% do total nacional, enquanto os povos indígenas representam 0,83%. No Rio Grande do Sul, esse percentual atinge 21,19% e 0,31%, respectivamente. Contudo, apesar de constituírem a maioria da população no país, esses grupos ainda enfrentam disparidades históricas e estruturais no mercado de trabalho, na saúde e, sobretudo, no acesso e permanência na educação.

Nesse contexto, marcos legais como a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 surgiram para instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Entretanto, observa-se que tal obrigatoriedade se restringe aos ensinos fundamental e médio, gerando uma lacuna no Ensino Superior. Essa lacuna, somada à resistência social às cotas raciais, resulta em ambientes acadêmicos frequentemente hostis e pouco acolhedores para estudantes negros e indígenas.

Diante desse cenário, o estudo propõe o desenvolvimento de um produto educacional. Conforme preconizam Farias e Mendonça (2019), tal artefato configura-se como um resultado tangível de uma atividade de pesquisa voltada a solucionar um problema da prática profissional. Dessa forma, o produto aqui idealizado visa preencher o "passivo" de disseminação das leis citadas, atuando como um instrumento de intervenção direta na realidade institucional.

Em suma, espera-se que esta pesquisa e o produto educacional proposto não apenas dê visibilidade às questões raciais na academia, mas que culmine em ações contínuas de letramento racial. Afinal, investir na diversidade nos bancos universitários é um passo fundamental para construir uma ciência mais representativa e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa e inclusiva.

DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

1. Requisitos e Parâmetros

O produto educacional desenvolvido é um Manual de Letramento Racial com o objetivo de ser instrumento pedagógico estratégico, destinado para os discentes da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Foi pensado a partir da experiência pessoal e profissional da pesquisadora, que percebeu a transformação do corpo discente por meio das ações afirmativas ao longo dos últimos dezoito anos.

Na Escola de Engenharia da UFRGS (Instituição centenária e de excelência) a presença do racismo e da branquitude normativa ainda se manifesta em relatos de preconceito nos corredores e salas de aula. Logo, torna-se urgente fomentar a conscientização de jovens estudantes em áreas de ensino tradicionalmente resistentes à diversidade.

Assim sendo, este Manual, como um produto educacional de letramento racial, propõe conectar a teoria social com a prática profissional e acadêmica da área com o objetivo de desmistificar a suposta neutralidade da técnica e preparar o futuro engenheiro para ambientes de trabalho plurais e equitativos.

2. Contextualização do tema/espço/período a qual o produto irá ser aplicado.

Para atingir os objetivos propostos, a presente investigação adota uma abordagem qualitativa, pautada em um levantamento bibliográfico e documental. A fundamentação teórica será construída a partir da análise de publicações científicas, materiais eletrônicos, indicadores sociais e dados institucionais, utilizando-se como descritores centrais: antirracismo, educação e relações étnico-raciais, além de racismo nas universidades públicas.

Como resultado prático desta pesquisa para o produto educacional, propõe-se o desenvolvimento de um Manual de Letramento Racial destinado aos discentes da Escola de Engenharia da UFRGS. A estratégia de

implementação prevê que, mediante aprovação da direção, o material seja enviado via *e-mail* institucional aos cerca de quatrocentos (400) alunos ingressantes a cada semestre (COPERSE, 2024), além de ser apresentado oficialmente na Aula Magna da unidade acadêmica.

Tal modalidade de distribuição visa garantir a acessibilidade imediata e a perenidade do material para consultas futuras. Embora a versão inicial não conte com recursos de acessibilidade específicos, ressalta-se a possibilidade de adaptações futuras — como a tradução para LIBRAS via serviços de TILS da Universidade. Adicionalmente, a depender da recepção e demanda, poderá ser solicitada a impressão física do manual pela Gráfica da UFRGS para ampliar a disseminação do conhecimento.

3. Apresentação da metodologia de ensino ou da proposta pedagógica a que se vincula o produto:

Segundo Farias e Mendonça (2019), no desenvolvimento de um produto educacional há etapas inerentes ao processo, como: a definição do problema de pesquisa, o levantamento de dados consistentes, análises de dados, o uso de técnicas adequadas, atender o cronograma estabelecido e a definição do público-alvo.

Este produto educacional fundamenta-se nos princípios da educação antirracista brasileira e nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que instituem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O objetivo central é fomentar a reflexão crítica, a empatia e o respeito às diversidades entre discentes ingressantes nos cursos de graduação em Engenharia.

A proposta alinha-se à Resolução CNE/CES nº 2/2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a área da Engenharia. Tais diretrizes preconizam uma formação orientada por competências, habilidades e atitudes que contemplem, de modo intrínseco, a capacidade de atuação em contextos sociais diversos. Dessa forma, o projeto converge para o desenvolvimento do letramento racial e da responsabilidade social no ensino superior (Ministério da Educação, 2019).

Quanto à operacionalização, o material será submetido à aprovação da direção da unidade acadêmica. A estratégia de difusão compreende o envio via correio eletrônico institucional a aproximadamente quatrocentos ingressantes semestrais, além da apresentação formal durante a Aula Magna da instituição (COPERSE, 2024).

4. Apresentação do material didático autoral, com conceito e objetivo pedagógico:

O produto educacional foi desenvolvido focando na aplicabilidade dos conceitos de letramento racial, através de um manual de letramento racial, com a realidade social dos cursos de Engenharia da UFRGS. A proposta visa que a Direção da Escola de Engenharia envie o documento por e-mail aos novos discentes no início de cada semestre, integrando-o às ações de acolhimento e ambientação dos alunos no contexto acadêmico.

A seguir são apresentados os conceitos utilizados na pesquisa, sua explicação e referencial teórico; e como cada objetivo específico foi alcançado.

4.1 Manual De Letramento Racial - Escola de Engenharia da UFRGS

1) Conceitos básicos: este tópico apresenta os conceitos iniciais da educação para as relações étnico-raciais, de maneira concisa.

- Letramento Racial: refere-se ao processo educativo e crítico de reeducação sobre a questão racial.
- História das Relações Raciais no Brasil e suas desigualdades: expõe a história das relações raciais no Brasil é marcada pela transição de séculos de escravidão para uma liberdade sem suporte institucional. Esse processo estruturou desigualdades profundas que se mantêm até hoje através do racismo estrutural.
- Raça, racismo, racismo estrutural e institucional e branquitude: baseia-se em fundamentos científicos, sociais e na percepção da sociedade contemporânea.

- Legislação de Ensino para Relações Étnico-Raciais: Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008: analisar a legislação educacional que sustenta a implementação do trabalho sobre relações étnico-raciais no contexto escolar.
- Políticas de inclusão e ações afirmativas: trata das políticas de inclusão e ações afirmativas que são medidas estratégicas adotadas pelo Estado e por instituições privadas para corrigir desigualdades históricas acumuladas por grupos específicos. Elas visam transformar a igualdade teórica (perante a lei) em igualdade real (no cotidiano).
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 18) da ONU: igualdade Étnico-Racial é um objetivo de desenvolvimento sustentável criado voluntariamente pelo Brasil para complementar a Agenda 2030 da ONU, pois estabelece o combate ao racismo e à desigualdade como um pilar central e inegociável para o desenvolvimento do país.
- A diversidade na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: a Instituição tem o compromisso com a pluralidade e foco na superação de barreiras históricas de acesso e permanência no ensino superior.

2) Referencial Teórico - Estruturas de Opressão e Caminhos para a Igualdade: O Racismo Institucional e a Agenda 2030 no Brasil

Segundo Almeida (2019), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que se manifesta por meio de práticas geradoras de privilégios ou desvantagens, inclusive no âmbito institucional. Sob essa ótica, as instituições, entendidas como estruturas que orientam e coordenam o comportamento social, acabam por espelhar conflitos raciais e incorporar interesses políticos e econômicos que perpetuam tais desigualdades na sociedade.

O racismo, profundamente arraigado na estrutura social brasileira, funciona como um pilar desde a formação do país, marcando um longo período histórico de exclusão. Diante desse cenário, torna-se essencial examinar o racismo institucional e a forma como as instituições operam. Segundo Silvio Almeida (2019), essa manifestação é o resultado de uma ação

institucional que, tanto historicamente quanto no presente, desenrola-se em uma dinâmica de discriminação racial. Tal processo concede desvantagens e privilégios com base na raça, ainda que de maneira indireta.

Somado a isso, Bento (2002) argumenta que o conceito engloba também o racismo subjacente, manifestado em comportamentos individuais e coletivos, mesmo sem a intenção consciente de discriminar. Este tipo de racismo é inerente à lógica de sociedades racistas, que incentivam o pré-julgamento e a manutenção de estereótipos, culminando na restrição de oportunidades para a população negra.

Nesse contexto, o conceito de “branquitude” é central para compreender a identidade racial branca no Brasil. Schucman (2014) demarca a branquitude como uma identidade racial normativa — o padrão em relação ao qual o “outro” é definido como diferente. Assim, o ser branco simboliza a ocupação de posições de destaque e o acesso privilegiado a recursos materiais e simbólicos, raízes profundas do colonialismo que se manifestam contemporaneamente como um facilitador social que remove barreiras para uns, enquanto as ergue para outros.

Articulado a essa estrutura, o racismo recreativo, ou o chamado humor racista, atua como um veículo para a disseminação da hostilidade racial. Conforme Moreira (2019), o humor de teor racista desempenha um papel crucial na manutenção de um projeto de dominação da branquitude. O autor enfatiza que os estereótipos negativos presentes nas piadas são os mesmos que impedem o acesso a oportunidades tanto no campo profissional quanto no acadêmico, negando a humanidade de pessoas negras.

Historicamente, o racismo estrutural, entrelaçado com questões de gênero e classe, manifesta-se na concentração da população negra em quadros de maior pobreza e vulnerabilidade. Para mitigar esse quadro, o Estado brasileiro ratificou, em 1968, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU, comprometendo-se a combater qualquer distinção ou restrição que anule o exercício de direitos fundamentais (BRASIL, 1969).

No campo educacional, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representaram marcos ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tais normativas tornaram obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, visando o reconhecimento e a valorização dessas trajetórias. Todavia, passados mais de vinte anos da primeira lei, a implementação efetiva ainda enfrenta obstáculos, como a formação inadequada de professores e a carência de recursos (Almeida; Sanchez, 2017). Complementarmente, as políticas de ações afirmativas e cotas raciais surgem como mecanismos de reparação histórica contra a desigualdade estrutural (De Souza, 2017).

No âmbito internacional e de longo prazo, a Agenda 2030 da ONU estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um plano para a prosperidade global. O Brasil demonstrou protagonismo ao restaurar, em 2023, a Comissão Nacional para os ODS (CNODS), instituindo a Câmara Temática para o ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial (Ministério da Igualdade Racial, 2023).

Embora o ODS 18 não estivesse entre os objetivos originais da ONU, ele foi criado no Brasil como uma resposta necessária às desigualdades estruturais do país. Este objetivo foca no combate ao racismo e estabelece um diálogo direto com metas de erradicação da pobreza (ODS 1), saúde (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4) e redução das desigualdades (ODS 10). Assim, a integração entre legislações nacionais e compromissos globais apresenta-se como o caminho fundamental para desarticular os pilares do racismo institucional e promover a justiça social efetiva (Ministério da Igualdade Racial, 2023).

4.2 Objetivos da Pesquisa

Nesta etapa a pesquisa apresenta o alcance dos Objetivos (geral e específicos) da pesquisa.

a) Primeiro Objetivo Específico

O primeiro objetivo específico desta pesquisa consistiu em identificar ações de Letramento Racial de instituições públicas de ensino superior nos últimos cinco (05) anos. Após pesquisa no mecanismo de busca “Google” dos termos: “manual de letramento racial em universidades”, manual antirracista em universidades”; foram identificadas as seguintes publicações para leitura:

Quadro 01- Materiais Disponíveis pela Temática de Letramento Racial

	Título:	Instituição Pública:	Publicação:	Disponível em:
1	Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	2021	https://www.ped.ufv.br/wp-content/uploads/2021/06/182-Ensino-antirracista-na-Educac%C3%A7%C3%A3o-de-professores-%C3%A0s-pr%C3%A1ticas-escolares.pdf
2	Cartilha sobre letramento racial, desenvolvida por TODXS	Instituto Federal do Tocantins (IFTO)	2022	https://portal.ifto.edu.br/portal/ouvidoria/manuais-e-cartilhas/cartilha-de-letramento-racial-todxs.pdf/@download/file/Cartilha%20de%20Letramento%20Racial%20-TODXS.pdf
3	Racismo não é mal-entendido. Racismo é crime! Cartilha para um IFC sem racismo	Instituto Federal Catarinense (IFC)	2022	https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/44/2022/11/Cartilha-para-um-IFC-sem-racismo-ESTUDANTES.pdf
4	Projeto letramento racial: como forma de combate ao racismo	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2023	https://www2.mppa.mp.br/dados/arquivos/9A/07/9A/60/1DBFB810F7967688180808FF/CARTILHA_ANTIRRACISTA.pdf
5	Cartilha de Enfrentamento ao Racismo do IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	2023	https://repositorio.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/784

Fonte: elaborado pela autora (2025)

b) Segundo Objetivo Específico

Já o segundo objetivo específico desta pesquisa consistiu em analisar as ações de Letramento Racial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por meio de levantamento bibliográfico, constatou-se o pioneirismo da instituição na implementação de ações afirmativas, visto que o sistema de cotas foi estabelecido via decisão interna do Conselho Universitário (CONSUN) em 2007 — antecipando-se, portanto, à Lei Federal nº 12.711/2012 (ASSUFRGS, 2022; Souza, 2017).

Com o advento da legislação federal, a política da UFRGS foi fortalecida e expandida, garantindo o acesso a estudantes de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Além desse marco histórico, conforme detalhado no Quadro 02, a universidade promove o letramento racial mediante programas de extensão, eventos e canais de acolhimento, culminando na recente criação de uma Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade - PROAFE (UFRGS, 2025).

A democratização do ensino superior público no Brasil tem avançado para além das políticas de reserva de vagas, demandando estruturas administrativas robustas que garantam a efetividade das ações afirmativas. Nesse cenário, destaca-se a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade da UFRGS, aprovada pelo Conselho Universitário (Consun) em 9 de maio de 2025. Com a implementação desta unidade, a UFRGS torna-se a 14ª universidade federal brasileira a adotar uma estrutura específica para esta finalidade, consolidando um movimento de amadurecimento institucional (UFRGS, 2025).

A PROAFE assume a responsabilidade de gerir e ampliar as políticas de inclusão voltadas a grupos historicamente marginalizados, tais como:

- Populações negras e indígenas;
- Comunidades quilombolas;
- Pessoas com deficiência (PcD);

- Grupos LGBTQIA+;
- Migrantes e refugiados.

A atuação da nova Pró-Reitoria não se restringe apenas à entrada desses estudantes no ambiente acadêmico. Embora esta Pró-Reitoria mantenha a função técnica essencial de verificação da autodeclaração étnico-racial, seu escopo principal é aprofundar o debate sobre o ciclo completo do discente (UFRGS, 2025).

O Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, atua desde 1992 na promoção de valores democráticos, igualdade de direitos e educação para a cidadania e diversidade sociocultural. O DEDS desenvolve projetos de extensão em parceria com comunidades, movimentos sociais e instituições, buscando sistematizar saberes em áreas como educação antirracista, ações afirmativas, inclusão social, educação cidadã e interculturalidade. Essas ações de Extensão retroalimentam e fortalecem as atividades de Pesquisa e Ensino (UFRGS, 2025).

Além disso, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS (NEABI UFRGS) concentra-se na produção, difusão e promoção de estudos sobre temáticas afro-brasileiras, indígenas e africanas. O Núcleo articula a universidade com a sociedade por meio de ensino, pesquisa e extensão, incluindo a organização de eventos como a Semana da África, iniciativas acadêmicas específicas e a participação ativa em ações de repúdio ao racismo (UFRGS, 2025).

Quadro 02 - Ações de Letramento Racial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Departamento:	Ação:	Atividades desenvolvidas:	Ano de realização e descrição:
Departamento de Educação e Desenvolvimento Social- Pró-Reitoria de Extensão	Atividades de extensão com foco em atividades educacionais e sociais com a comunidade interna e externa à Universidade que envolvem os seguintes temas: educação antirracista, ações afirmativas, respeito à diversidade, inclusão social, educação cidadã, interculturalidade (Santos; Camisolão, 2022).	Programa Convivências	1996 O Programa Convivências promove o encontro de saberes entre a Universidade (estudantes de graduação, professores e técnicos-administrativos da UFRGS de diversas áreas) e comunidades populares urbanas e rurais (quilombolas, indígenas e periféricas) do estado. Utiliza uma metodologia participativa, permitindo a convivência durante o recesso escolar para a construção de conhecimentos.
		Arte Negra na Escola	2004 Projeto de extensão que visa ser material didático de apoio à Lei 10.639/03 (Educação Básica e Ensino Superior). Os dois primeiros volumes são exemplares com cartões-fichas de obras de artistas negros nascidos ou radicados no Rio Grande do Sul e possui publicações no período de 2004 a 2024.
		Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico	2007 O projeto "Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico" realiza ações de reflexão-ação para construir práticas antirracistas e antidiscriminatórias em escolas e universidades. Desde 2007, desenvolve atividades de extensão, como seminários, ciclos de cinema e cursos, para debater a educação antirracista e capacitar educadores e a comunidade. Entre 2019 e 2020, realizou quatro edições do Seminário "Educação para as Relações Étnico-Raciais nos currículos da UFRGS", com ampla participação, visando refletir e

			propor mudanças nos currículos de graduação para cumprir a legislação sobre ERER.
		Conversações Afirmativas	2010 Busca fortalecer as ações afirmativas, promovendo rodas de conversa e atividades culturais na Universidade. Foca em temas como ações afirmativas, questões negras e indígenas, memória, patrimônio, direitos humanos, cultura e educação, integrando a comunidade acadêmica e externa ao espaço universitário.
		Semana da África na UFRGS - Treze (13) Edições	2012 Ação de extensão iniciada em 2013 a partir da demanda de estudantes africanos que buscavam um espaço para difundir informações e conhecimentos sobre a África, promover sua integração e refletir sobre sua condição discente. A cada Semana, os objetivos se renovam através de um tema que orienta mesas, oficinas e atividades culturais. A participação direta de africanos(as) — desde o planejamento até a execução e condução — é essencial para a realização do evento.
		Estação Cidadania	2015 O podcast Estação Cidadania, uma produção dedica-se à reflexão sobre temas atuais e o impacto social da Universidade. Para isso, utiliza o formato de entrevistas para disseminar as ações de extensão da UFRGS. O foco do programa está em Educação, Direitos Humanos e Cidadania, abordando as relações interinstitucionais e sociais desenvolvidas pela Universidade.

		Afirmção na Pós	2019 O curso "Afirmção na Pós" tem como objetivo preparar candidatos interessados nos processos seletivos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) que oferecem reserva de vagas. A formação é destinada especificamente a candidatos que se qualificam para concorrer por meio dessas cotas nos cursos de Pós-Graduação da UFRGS.
		Da Margem ao Centro	2021 Promove ciclos de leitura e discussão de obras de autoria de grupos marginalizados, priorizando textos que apresentam outros epistemes. O primeiro módulo foi o “Curso Da Margem ao Centro – leituras para transformação social”, com foco nos “Percursos das Literaturas Ameríndias”.
		Arte Kaingang na Escola	2024 Material didático sobre arte Kaingang para formação de educadores e práticas pedagógicas nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior, visando implementar a lei 11.645/2008. O projeto busca combater a discriminação indígena, ampliar produções pedagógicas e inclui formações para professores da rede pública com os autores do material.
Reitoria	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade - PROÁFE	PROÁFE	2025 Responsável por consolidar e ampliar políticas de inclusão de grupos marginalizados (negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados). A nova Pró-Reitoria foca no acesso, permanência e diplomação (UFRGS, 2025).

Fonte: *Site* do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS (2025)

c) Terceiro Objetivo Específico

O objetivo específico final consiste em planejar o conteúdo de um instrumento pedagógico, o Manual de Letramento Racial, a ser implementado na Escola de Engenharia da UFRGS. Para atingir essa meta, será apresentado o planejamento do sumário do Manual (Quadro 03) para a construção do produto educacional.

Quadro 03 - Estrutura do Sumário do Manual de Letramento Racial para os Discentes da Escola de Engenharia da UFRGS

Apresentação

Capítulo 1: A importância do Letramento Racial

1.1 Compreendendo o Letramento Racial: por que é importante na graduação e na sociedade?

1.2. Impacto das desigualdades raciais no Brasil

1.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Capítulo 2: História das Relações Raciais no Brasil

2.1 Contextualização histórica e social

2.2 Raça, racismo, branquitude e discriminação racial

2.2.1 Raça

2.2.2 Racismo

2.2.3 Branquitude

2.2.4 Discriminação racial

2.3 Legislação de Ensino para Relações Étnico-Raciais: Lei nº 10.639/2003 e Lei nº11.645/2008

2.4 Políticas de inclusão e ações afirmativas

2.5 Exemplos e impactos na vida acadêmica e social

2.6 Como identificar e combater essas formas de discriminação

Capítulo 3: A Diversidade na Universidade

3.1 A importância da diversidade cultural e racial nos bancos acadêmicos na Escola de Engenharia - UFRGS

3.1.1 Desafios e oportunidades de convivência plural

3.1.2 Como promover o respeito e a empatia

3.2 Como ser uma pessoa aliada antirracista na Escola de Engenharia - UFRGS

3.3 Setores de Ações Afirmativas na UFRGS

3.4 Normas Brasileira para o combate ao racismo

Capítulo 4: Importante!

4.1 Canais de Denúncia Institucional da Escola de Engenharia e a UFRGS

Referências

5. Monitoramento, Avaliação e Registro

O processo de monitoramento e avaliação deste produto educacional será pautado na perspectiva processual e qualitativa, buscando compreender não apenas o alcance da distribuição, mas o impacto do letramento racial na formação dos discentes da Escola de Engenharia da UFRGS.

5.1 Instrumentos de Avaliação e Aplicação

Para avaliar a eficácia do Manual, serão utilizados instrumentos que permitam mensurar a recepção do conteúdo e a mudança de percepção dos estudantes:

- Questionário Diagnóstico e de *Feedback* (Formulários *Google/Moodle*): Um *link* será inserido ao final do Manual e enviado junto ao *e-mail* institucional. O questionário contará com perguntas em escala *Likert* e campos abertos sobre a clareza dos conceitos de antirracismo e a relevância dos indicadores sociais apresentados;
- Grupo Focal ou Roda de Conversa: Após a Aula Magna, será realizado um encontro com uma amostra voluntária de ingressantes para discutir a aplicabilidade do manual no cotidiano universitário; e
- Métricas de Acesso Digital: Monitoramento da taxa de abertura do *e-mail* institucional e número de *downloads* do arquivo na plataforma da Unidade.

5.2 Registro da Execução

O registro da implementação será rigoroso, visando a replicabilidade do projeto e a transparência acadêmica. As evidências serão organizadas da seguinte forma:

1. Diário de Campo: registro das reações e questionamentos levantados pelos alunos durante a apresentação oficial na Aula Magna;

2. Relatório de Disseminação: documentação contendo o número total de manuais enviados, data da distribuição e confirmação da aprovação pela Direção da Escola de Engenharia;
3. Portfólio Digital: compilado de todos os materiais produzidos (manual, *e-mails*, apresentações de slides).

5.3 Uso dos Resultados e compartilhamento

Os dados coletados no monitoramento serão fundamentais para dois propósitos:

- **Aperfeiçoamento do Produto:** os feedbacks servirão de base para a futura atualização do manual, incluindo as adaptações de acessibilidade (LIBRAS/TILS) e a possível versão impressa pela Gráfica da UFRGS, caso a demanda seja validada pelos indicadores.;
- **Compartilhamento Acadêmico:** os resultados do processo avaliativo serão sistematizados e apresentados em eventos científicos de educação e engenharia, além de serem depositados no Repositório Digital da UFRGS (LUME), garantindo que o conhecimento sobre o racismo nas universidades públicas seja democratizado.

6. Considerações Finais

A presente investigação cumpriu seu objetivo central ao propor o Manual de Letramento Racial como um instrumento pedagógico estratégico para os discentes da Escola de Engenharia da UFRGS. A análise das ações de letramento racial em instituições de ensino superior revelou que, embora existam marcos legais consolidados — como as Leis 10.639/03 e 11.645/08 —, a transição desses preceitos para o cotidiano acadêmico em cursos tradicionalmente resistentes à diversidade ainda enfrenta barreiras estruturais significativas.

Os resultados apresentados corroboram a tese de Silvio Almeida de que o racismo é intrinsecamente estrutural, moldando as instituições de modo a perpetuar privilégios e desvantagens. Nesse sentido, o manual atua no

enfrentamento da branquitude normativa, conceito discutido por Schucman, ao pautar a identidade racial branca como parte do debate e não apenas como um padrão neutro. Além disso, a proposta busca mitigar o que Cida Bento define como racismo subjacente, manifestado em comportamentos que, mesmo sem intenção consciente, acabam por restringir oportunidades e manter estereótipos.

O resgate da memória e da história da comunidade negra é essencial para que toda a sociedade, especialmente a população branca, forme cidadãos conscientes da vasta diversidade étnico-racial brasileira. Assim, o produto educacional aqui idealizado visa preencher uma lacuna formativa no Ensino Superior, oferecendo aos ingressantes semestrais da Engenharia uma base ética e teórica para o combate ao racismo institucional e recreativo desde o início de sua trajetória acadêmica.

Conclui-se que o letramento racial não é apenas uma demanda de grupos minoritários, mas uma necessidade formativa de toda a comunidade acadêmica para a construção de uma ciência mais representativa e uma sociedade mais justa. Espera-se que o plano de monitoramento e avaliação proposto garanta o aperfeiçoamento contínuo deste material, mantendo a UFRGS alinhada aos compromissos globais de justiça social e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 18) sobre igualdade étnico-racial.

Em última análise, investir na diversidade e no acolhimento ético dos ingressantes é o passo fundamental para transformar a academia em um espaço genuinamente democrático e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Scielo Brasil**. 11, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2019.

ASSUFRGS - Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS, UFCSPA e IFRS. **Quinze (15) anos das cotas na UFRGS**: A decisão que mudou a cara e a cor da universidade! Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2022/06/29/15-anos-das-cotas-na-ufrgs-a-decisao-que-mudou-a-cara-e-a-cor-da-universidade/>. Acesso em: 23 ago 2025.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002 Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 10 dez. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d65810.html. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:

Acesso em: 16 jun. 2025.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

Acesso em: 16 jun. 2025.

https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2019/rces002_19.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026

Acesso em: 10 fev. 2026

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/programas-e-projetos/ods18>.

Acesso em: 02 jul. 2025.

<https://www.ufrgs.br/vestibular/cv2024/listao/>. Acesso em: 28 set. 2025.

https://ead.ufpa.br/pluginfile.php/542154/mod_folder/content/0/Apresenta%C3%A7%C3%B5es/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Produtos%20Educacionais.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 31 jul. 2025.

Disponível em:

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 24 jan. 2024.

Disponível em:

<https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/biblioteca/MANUALDENORMALIZAO.pdf>.

Acesso em: 30 jul. 2025.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 232 p.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. [s.l.]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 1, p. 287–308, 2007. DOI: 10.1590/S0103-20702007000100015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12545>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SANTOS, José Antônio dos; CAMISOLÃO. DEDS/UFRGS na educação antirracista. **Anais da XXV Jornada de Ensino de História e Educação do GT Ensino de História e Educação da ANPUH-RS**, p. 13, 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2014.

SOUZA, Elaine Almeida de. **Dez anos de cotas na UFRGS**: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169243>. Acesso em: 02 jul. 2025.

TEIXEIRA, Vitor Hugo; MARQUES, Ana Maria. Cotas para pessoas negras: a inclusão e o combate ao racismo na universidade. **Oficina do historiador**, v. 14, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/39522>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UFRGS. **UFRGS aprova a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/site/noticias/conselho-universitario-aprova-criacao-da-pro-reitoria-de-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

ANEXO A - CAPA DO MANUAL DE LETRAMENTO RACIAL PARA OS DISCENTES DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS



Fonte: elaborado pela autora (2025)

